



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas as Demonstrações Contábeis da BMC Previdência Privada S.A., relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2010 na forma da Legislação Societária.

Das Operações

A BMC Previdência Privada S.A., constituída em 2004, iniciou suas atividades em janeiro de 2007, comercializando planos de pecúlio cobertura temporária, cujas contribuições estão reconhecidas na rubrica Rendas de contribuições. O resultado acumulado do primeiro semestre de 2010 foi R\$ 12 mil (R\$ 163 mil em 2009).

Investimento

Em atenção ao disposto na Circular SUSEP nº 379, de 19 de dezembro de 2008, a BMC Previdência Privada declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

Perspectivas futuras

A Administração acredita que o segmento de previdência privada continuará apresentando um crescimento bastante significativo, tendo em vista o cenário econômico. Dentro desse contexto, espera-se continuar apresentando um crescimento gradativo e consistente na comercialização dos planos de pecúlio cobertura temporária, dentro de parâmetros de subscrição com baixa exposição ao risco.

Cidade de Deus, 25 de agosto 2010.
DIRETORIA

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 30 DE JUNHO (Em milhares de reais)

	2010	2009		2010	2009
ATIVO			PASSIVO		
CIRCULANTE	8.985	8.667	CIRCULANTE	276	246
DISPONÍVEL	809	306	CONTAS A PAGAR	159	150
Caixa e bancos	809	306	Obrigações a pagar	149	97
APLICAÇÕES	8.088	8.204	Impostos e encargos sociais a recolher	2	2
Títulos de renda fixa	145	-	Impostos e contribuições	8	51
Quotas de fundos de investimentos	7.943	8.204	DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	77	65
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	10	21	Outros débitos operacionais	77	65
Créditos tributários e previdenciários	9	-	PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	40	31
Outros créditos	1	21	PLANOS NÃO BLOQUEADOS	40	31
OUTROS VALORES E BENS	66	132	Provisão de riscos não expirados	1	1
DESPESAS ANTECIPADAS	12	4	Provisão de eventos ocorridos mas não avisados	24	17
ATIVO NÃO CIRCULANTE	426	589	Outras provisões	15	13
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	61	197	PASSIVO NÃO CIRCULANTE	174	135
APLICAÇÕES	-	134	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	174	135
Títulos de renda fixa	-	134	OUTROS DÉBITOS	174	132
TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER	61	63	Provisões judiciais	174	132
Créditos tributários e previdenciários	61	63	PROVISÕES TÉCNICAS - PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR	-	3
PERMANENTE	365	392	PLANOS NÃO BLOQUEADOS	-	3
INVESTIMENTOS	345	361	Provisão de oscilação de riscos	-	3
Imóveis destinados a renda	423	423	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	8.961	8.875
Outros investimentos	44	-	Capital social	7.250	7.200
Provisão para desvalorização	(44)	-	Aumento de capital em aprovação	-	50
Depreciação	(78)	(62)	Reservas de lucros	1.699	1.462
INTANGÍVEL	20	31	Lucros acumulados	12	163
Outros intangíveis	20	31	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.411	9.256
TOTAL DO ATIVO	9.411	9.256			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em milhares de reais)

	2010	2009
Contribuições para cobertura de riscos	226	173
Variação das provisões para riscos	-	5
RECEITA COM COBERTURA DE RISCOS	226	178
Variação de outras provisões técnicas	(3)	(5)
Outras receitas operacionais	25	-
Despesas administrativas	(459)	(315)
Despesas com tributos	(78)	(57)
Resultado financeiro	315	420
Resultado patrimonial	9	8
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	35	229
Imposto de renda	(20)	(45)
Contribuição social	(3)	(21)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE	12	163
Quantidade de ações	7.200.000	7.200.000
Lucro líquido por lote de mil ações em R\$	1,67	22,64

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO (Em milhares de reais)

	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de contribuições de previdência	226	173
Outros recebimentos operacionais	17	18
Pagamento de despesas e obrigações	(271)	(2.422)
Outros pagamentos operacionais	(116)	(35)
Constituição de depósitos judiciais	-	(21)
CAIXA CONSUMIDO PELAS OPERAÇÕES	(144)	(2.287)
Impostos e contribuições pagos	(123)	(96)
Investimentos financeiros:	460	430
Aplicações	-	(8.177)
Vendas e resgates	460	8.607
CAIXA LÍQUIDO GERADO (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	193	(1.953)
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	193	(1.953)
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE	616	2.259
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA NO FINAL DO SEMESTRE	809	306
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	193	(1.953)
Ativos livres no início do semestre	8.079	8.199
Ativos livres no final do semestre	7.943	8.204
(REDUÇÃO) AUMENTO NAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS - RECURSOS LIVRES	(136)	5

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Em milhares de reais)

	Capital social	Aumento do		Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total
		capital em aprovação	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reserva estatutária		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	7.200	-	44	96	1.372	-	8.712
AUMENTO DE CAPITAL							
- AGO/AGE de 31/03/2009	-	50	(44)	-	(6)	-	-
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	163	163
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009	7.200	50	-	96	1.366	163	8.875
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	7.250	-	-	112	1.587	-	8.949
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	12	12
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	7.250	-	-	112	1.587	12	8.961

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009 (Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BMC Previdência Privada S.A. é controlada direta da Alvorada Vida S.A. e indireta da Bradesco Vida e Previdência S.A. e tem por objetivo social a instituição e operação de quaisquer planos de benefícios de caráter previdenciário definido em Lei.

Como parte integrante da Organização Bradesco, suas operações são conduzidas em um contexto que envolve um conjunto de empresas que atuam no mercado segurador, previdenciário e financeiro, se utilizando, de forma compartilhada, da infraestrutura tecnológica e administrativa dessas empresas. Suas demonstrações contábeis devem ser entendidas nesse contexto operacional.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/1976, sendo adotadas em 31 de dezembro de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e Medida Provisória nº 449/2008 (convertida na Lei nº 11.941/2009), bem como as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) aprovados pela SUSEP e pela CNSP. Estão sendo também apresentadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 371/2008 e 375/2008 e complementada pela Circular SUSEP nº 379, divulgada em 19 de dezembro de 2008 e alterações posteriores.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

(a) Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalente de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional e aplicações no mercado aberto, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, que são utilizados pela Entidade para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

(b) Aplicações

Conforme determinação da SUSEP, as entidades abertas de previdência complementar devem classificar os títulos e valores mobiliários em três categorias:

- I - Títulos para negociação – adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados;
- II - Títulos disponíveis para venda – os títulos que não se enquadram nas categorias I e III; e
- III - Títulos mantidos até o vencimento – adquiridos com a intenção de mantê-los em carteira até o vencimento.

Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são registrados pelo valor de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço, e ajustados pelo seu valor de mercado. Os títulos "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço. Os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida ao resultado e os ajustes ao valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado quando da efetiva realização pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

De acordo com a regulamentação em vigor, os títulos que compõem as carteiras dos fundos exclusivos são classificados nas categorias "para negociação" ou "mantidos até o vencimento", segundo instruções emitidas pelo cotista exclusivo ao administrador dos fundos.

(c) Demais ativos

Os demais ativos são demonstrados pelo valor de custo, acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos. Os créditos tributários diferidos decorrentes de diferenças temporárias foram constituídos de acordo com as alíquotas vigentes.

(d) Investimento

É composto por bem imóvel destinado a renda, depreciado pelo método linear, com base na vida útil estimada.

(e) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados a manutenção da Entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

Os ativos intangíveis, basicamente *softwares*, são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso. Despesas com o desenvolvimento interno de *softwares* são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar a intenção e a capacidade de concluir tal desenvolvimento, registrando os custos diretamente atribuídos ao *software*, que serão amortizados durante sua vida útil estimada, considerando os benefícios econômicos futuros gerados.

(f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os valores dos ativos não financeiros, exceto outros valores e bens e créditos tributários, são revistos no mínimo anualmente, para determinar se há alguma indicação de perda considerada permanente, que é reconhecido no resultado do exercício se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável.

Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos.

(g) Passivo circulante

(i) Provisões técnicas

As provisões técnicas são constituídas em consonância com as determinações e critérios estabelecidos nas Resoluções CNSP nº 162/2006 e alterações posteriores.

(ii) Demais passivos

Demonstrado por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridos até a data do balanço. Foram constituídas provisões para imposto de renda, à alíquota de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 120 para o semestre e para contribuição social, à alíquota de 9%, nos termos de legislação em vigor.

De acordo com a Medida Provisória nº 449/2008 (convertida na Lei nº 11.941/2009), as modificações no critério de reconhecimento de receita, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido, introduzidas pela Lei nº 11.638/2007 e pelos artigos 36 e 37 da referida Medida Provisória, não terão efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/2007 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

(h) Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas de acordo com o regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia.

(i) Normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Dentro do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade a SUSEP aprovou com a edição da Circular SUSEP nº 379 de 19 de dezembro de 2008 diversos pronunciamentos do CPC (até o CPC 13, exceto o 11), com aplicação imediata dessas normas contábeis em 2009. Conforme Circular SUSEP nº 408 de 23 de agosto de 2010, o CPC 11 - Contratos de Seguros, será aplicado nas demonstrações contábeis individuais somente a partir de 1º de janeiro de 2011.

Adicionalmente, foram divulgadas pelo CPC outras normas contábeis e interpretações durante 2009 e primeiro semestre de 2010, que alteram as práticas contábeis adotadas no Brasil, decorrentes do processo de convergência com as normas internacionais, que até a presente data não foram aprovadas pela SUSEP.

Por meio da Circular nº 408/2010 a SUSEP esclarece que continuará acompanhando os pronunciamentos emitidos pelo CPC e as decorrentes ações a serem promovidas serão divulgadas por meio da Comissão Contábil criada pela Resolução CNSP nº 86/2002. A referida circular estabelece, ainda, que as demonstrações contábeis consolidadas a partir do exercício findo em 31 de dezembro de 2010, inclusive, sejam elaboradas de acordo com os pronunciamentos emitidos pelo *International Accounting Standard Board - IASB*, na forma homologada pelo CPC.

A Administração está efetuando a avaliação das novas práticas contábeis que serão requeridas para as demonstrações contábeis consolidadas (IFRS), considerando a Circular nº 408/2010, e até a presente data não foi praticável identificar/mensurar os efeitos que poderão (ou deverão) impactar as demonstrações contábeis consolidadas da Seguradora.

Dessa forma a Entidade está apresentando suas demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2010 utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2009.



4. APLICAÇÕES

(a) Resumo da classificação das aplicações financeiras

	2010	%	2009	%
Títulos para negociação	7.943	98,21	8.204	98,39
Títulos de renda fixa - fundos de investimentos	7.943	98,21	8.204	98,39
Títulos mantidos até o vencimento	145	1,79	134	1,61
Títulos de renda fixa - letras financeiras do tesouro	145	1,79	134	1,61
Total	8.088	100,00	8.338	100,00

(b) Composição das aplicações financeiras por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos classificados como "para negociação" estão apresentados no ativo circulante, independente dos prazos de vencimento. O valor de mercado das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos. Os títulos públicos tiveram seus valores de mercado obtidos a partir das tabelas de referência divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

	1 a 30 dias ou sem vencimento	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil	Valor referência (i)
Títulos para negociação	7.943	-	-	7.943	7.943
Notas do tesouro nacional	7.943	-	-	7.943	7.943
Títulos mantidos até o vencimento	-	145	-	145	145
Letras financeiras do tesouro	-	145	-	145	145
Total em 2010	7.943	145	-	8.088	8.088
Total em 2009	8.204	-	134	8.338	8.338

(i) Representa o valor de mercado para os títulos classificados como "para negociação" e o valor do custo atualizado para os demais.

(c) Instrumentos financeiros derivativos

Durante os semestres findos em 30 de junho de 2010 e de 2009, a Entidade não efetuou operações com instrumentos financeiros no mercado de derivativos.

5. PERMANENTE

(a) Investimento

Demonstrado ao custo de aquisição, as depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

	Taxa anual	Custo	Depreciação	Valor residual	
				2010	2009
Imóveis destinados a renda	4%	406	(78)	328	344
Terrenos	-	17	-	17	17
Total em 2010		423	(78)	345	-
Total em 2009		423	(62)	-	361

(b) Intangível

São registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida estimada. Os saldos abaixo referem-se substancialmente a software desenvolvido internamente.

	Taxa anual	Custo	Amortização	Valor residual	
				2010	2009
Software	20%	58	(38)	20	31
Total em 2010		58	(38)	20	-
Total em 2009		58	(27)	-	31

6. PROVISÕES TÉCNICAS – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

(a) Detalhamento da movimentação das provisões técnicas de previdência complementar

	2010	2009
No início do semestre	36	23
Constituição das provisões técnicas	4	11
No final do semestre	40	34

(b) Provisões técnicas de previdência complementar

	2010	2009
Provisão de eventos ocorridos mas não avisados	24	17
Outras provisões (i)	15	13
Provisão de riscos não expirados	1	1
Provisão de oscilação de riscos	-	3
	40	34

(i) A rubrica Outras provisões refere-se à provisão de despesas administrativas e provisão complementar de prêmios.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 7.200.000 (7.200.000 em 2009) ações ordinárias escriturais e nominativas, sem valor nominal. De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

(b) Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

(c) Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, até atingir o limite de 95% do capital social, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

(d) Patrimônio líquido ajustado

	2010	2009
Patrimônio líquido	8.961	8.875
Despesas antecipadas	(12)	(4)
Patrimônio líquido ajustado	8.949	8.871

8. DETALHAMENTOS DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(a) Despesas administrativas

	2010	2009
Despesas com publicação	(135)	(100)
Despesas com serviços de terceiros	(181)	(200)
Despesas com localização e funcionamento	(78)	(10)
Outras	(65)	(5)
	(459)	(315)

(b) Despesas com tributos

	2010	2009
Despesas com PIS	(3)	(4)
Despesas com COFINS	(22)	(25)
Despesas com taxa de fiscalização	(51)	(27)
Outras despesas	(2)	(1)
	(78)	(57)

(c) Resultado financeiro

	2010	2009
Receitas com títulos de renda fixa	6	7
Receitas com quotas de fundos de investimentos	324	434
Despesas financeiras com operações de previdência	(4)	(14)
Atualização monetária contingências passivas	(6)	(6)
Outras despesas financeiras - impostos, contribuições e eventuais	(5)	(1)
	315	420

(d) Resultado patrimonial

	2010	2009
Receita com imóveis de renda	17	16
Despesas com imóveis de renda - depreciação	(8)	(8)
	9	8

9. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	2010	2009
Resultado antes dos impostos e participações	35	229
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(12)	(78)
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(16)	21
Efeito de adicional de IR (10%)	-	(9)
Outros valores	5	-
Imposto de renda e contribuição social devidos	(23)	(66)

(b) Composição da conta de resultado de imposto de renda e contribuição social

	2010	2009
Impostos diferidos		
Constituição (realização) no semestre sobre adições temporárias	(16)	26
Subtotal	(16)	26
Impostos correntes		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(7)	(92)
Imposto de renda e contribuição social devidos	(23)	(66)

(c) Composição dos créditos tributários e previdenciários

	2010	2009
Antecipação de IR e CS	6	-
Impostos a compensar	3	-
Diferenças temporárias	61	63
	70	63

(d) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Saldo em 31/12/2009	Constituição (realização)	Saldo em 30/06/2010	Saldo em 30/06/2009
Provisão para contingências fiscais	52	7	59	45
Outros	24	(24)	-	18
Prejuízo fiscal / base negativa	-	2	2	-
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	76	(15)	61	63

10. ATIVOS GARANTIDORES DAS PROVISÕES TÉCNICAS

Os valores vinculados à SUSEP, em cobertura das reservas técnicas, estão representados por aplicações em títulos públicos de renda fixa - LFT, no montante de R\$ 145 (R\$ 134 em 2009).

11. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS FISCAIS

A BMC Previdência Privada S.A. é parte em ação judicial envolvendo o questionamento da base de cálculo do PIS e COFINS e constitui provisão do valor total da contribuição, acrescido de juros e atualização monetária.

Em novembro de 2009, a Entidade aderiu ao programa de parcelamento e pagamento à vista de débitos tributários, com anistia para liquidação de débitos administrados pela Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), instituído pela Lei nº 11.941/2009, visando equalizar os passivos fiscais por meio de um sistema especial de pagamento e de parcelamento de suas obrigações fiscais e previdenciárias. Segundo esse programa, poderiam ser pagas ou parceladas as dívidas vencidas até 30 de novembro de 2008, consolidadas pelo sujeito passivo, com exigibilidade suspensa ou não, inscritas ou não, em dívida ativa, consideradas isoladamente, mesmo em fase de execução fiscal já ajuizada, ou que tenham sido objeto de parcelamento anterior, não integralmente quitado, ainda que cancelado por falta de pagamento.

Para as ações judiciais a serem incluídas na modalidade do parcelamento, que serão posteriormente especificadas e formalmente incluídas pela consolidação dos débitos a ser realizada junto a RFB, não houve efeito contábil a reconhecer, uma vez que neste momento não é possível determinar e quantificar as ações judiciais a serem inseridas na modalidade parcelamento, bem como os ganhos decorrentes do mesmo.

	2010	2009
No início do semestre	153	106
Constituições	15	20
Atualizações monetárias	6	6
No final do semestre	174	132

12. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

(a) Transações com controladores e controladas

	(Passivo)	Ativo Receita
Disponibilidades:		
Banco Bradesco S.A.	743	-
Obrigadoções a pagar (i):		
Alvorada Vida S.A.	(74)	-
Receitas com aluguéis:		
Banco Finasa BMC S.A.	-	17
Total em 2010	669	17
Total em 2009	306	16

(i) Referem-se a dividendos a pagar

(b) Remuneração da administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária é fixado:

- O montante global anual da remuneração dos administradores, que é distribuída em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social.

Os administradores abdicaram do direito ao recebimento da remuneração, posto que recebem honorários de outra empresa da Organização.

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de Auditoria - Resolução CNSP nº 118/2004

O resumo do relatório do Comitê de Auditoria referente ao semestre findo em 30 de junho de 2010 foi divulgado junto com as demonstrações contábeis do Banco Bradesco S.A. (controlador indireto) em 28 de julho de 2010.

(b) Divulgação das demonstrações contábeis consolidadas

Nos termos do artigo 275, parágrafo 3º da Lei nº 6.404/1976, informamos que as demonstrações contábeis consolidadas de 30 de junho de 2010 da Bradesco Seguros S.A., empresa líder do Grupo Bradesco de Seguros e Previdência, foram publicadas nesta mesma data no Jornal do Commercio, Diário do Comércio, Valor Econômico, Brasil Econômico, Folha de São Paulo e no jornal O Estado de São Paulo.

DIRETORIA

Diretor-Presidente
Lúcio Flávio Condrú de Oliveira

Diretor Vice-Presidente Executivo
Samuel Monteiro dos Santos Junior

Jair de Almeida Lacerda Júnior
Atuário - MIBA nº 809

Diretores Gerentes
Ivan Luiz Gontijo Júnior
Marcos Suryan Neto

Diretores
Haydewaldo Roberto Chamberlain da Costa
Jair de Almeida Lacerda Júnior
Eugênio Liberatori Velasques
Jorge Pohlmann Nasser

Alberto Barcellos Miranda
Contador - CRC 1RJ094195/O-2 S SP

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas
BMC Previdência Privada

1. Examinamos os balanços patrimoniais da BMC Previdência Privada S.A. em 30 de junho de 2010 e de 2009 e as correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa dos semestres findos nessas datas, elaborados sob a responsabilidade da sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir parecer sobre essas demonstrações contábeis.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil, as quais requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Entidade, (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados e (c) a avaliação das práticas e estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. Somos de parecer que as referidas demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BMC Previdência Privada em 30 de junho de 2010 e de 2009 e o resultado das operações, as mutações do patrimônio líquido e os fluxos de caixa dos semestres findos nessas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 3(i), a Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, por meio da Circular nº 408, de 23 de agosto de 2010, determinou que as demonstrações contábeis referente à data-base de 30 de junho de 2010 das sociedades e entidades por ela supervisionadas sejam elaboradas de acordo com as mesmas práticas contábeis vigentes para a elaboração das demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2009. Dessa forma, a Administração da Entidade está apresentando suas demonstrações contábeis relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2010 utilizando as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2009. A referida Circular estabelece, ainda, a prorrogação para 2011 da adoção do Pronunciamento Contábil CPC 11 - Contratos de Seguros nas demonstrações contábeis individuais.

São Paulo, 25 de agosto de 2010

PRICEWATERHOUSECOOPERS
Auditores Independentes
CRC2SP000160/O-5

Edison Arisa Pereira
Contador
CRC 1SP127241/O-0